



CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criança e Adolescente Prioridade Absoluta na Garantia de seus Direitos

RESOLUÇÃO Nº 03/2014

Súmula: Dispõe sobre a aprovação de
***Edital para liberação de recursos do
FIA/Araucária- 2014***

O **CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** de Araucária – criado em dezembro de 1990, regido pela Lei Municipal 1707/06, alterada pela Lei 2154/10, em assembleia ordinária de 15 de abril de 2014, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o **Edital nº 01/2014 e Anexo I**, que rege sobre os critérios para liberação de recursos por meio do fundo para Infância e adolescência FIA/Araucária e outras providencias correlatas.

Art. 2º – Fixar prazo para apresentação de projetos no período compreendido de **05 de maio de 2014 a 16 de junho de 2014**.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Araucária, 15 de abril de 2014.

Eduardo Willian Neves Fregonese

Presidente do CMDCA



CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criança e Adolescente Prioridade Absoluta na Garantia de seus Direitos

EDITAL Nº 01/2014

Critérios para liberação de recursos por meio do Fundo Municipal para Infância e Adolescência FIA/ARAUCARIA e outras providências correlatas.

Seção I – Da Apresentação de Programas, Projetos e Serviços Socioeducativos

Art. 1º A destinação de recursos do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA/Araucária está vinculada à realização de programas, projetos e serviços socioeducativos de apoio a crianças e adolescentes nas áreas de assistência social, educação, saúde, cultura, esporte e lazer, formação profissional e proteção e defesa dos direitos, elaborados por entidades governamentais e sociedade civil, que deverão cumprir com os requisitos estabelecidos nessa resolução.

§ 1º Os recursos serão liberados para as organizações governamentais e entidades não governamentais com registro e/ou inscrição de serviços/programas no CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente).

§ 2º Os recursos liberados devem estar direcionados para o município de Araucária(PR).

Art. 2º Os programas, projetos e serviços socioeducativos apresentados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araucária – CMDCA Araucária - serão analisados em conformidade com o artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente e com as deliberações do CONANDA 137/2010 e 156/2013 de acordo com os seguintes critérios:

I - Prioridade no atendimento direto para apoiar programas, projetos, e serviços socioeducativos de proteção especial à criança e ao adolescente que se encontra em situação de risco pessoal e social, crianças e adolescentes em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas; vítimas de violência e exploração sexual;

II - Aplicar-se-ão recursos para apoiar programas, projetos e serviços socioeducativos preventivos para crianças de até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescentes com idade de 12 (doze) completos até 18 (dezoito) anos.

Art. 3º O projeto será apresentado conforme modelo padrão disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Araucária, no link CMDCA, o qual deverá contemplar, no mínimo:

I. Dados cadastrais;

CASA DOS CONSELHOS – SMAS - Rua: São Vicente de Paula, nº690 - Centro - Araucária

1



CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criança e Adolescente Prioridade Absoluta na Garantia de seus Direitos

- II. Identificação do objeto a ser executado;
- III. Descrição do projeto;
- IV. Justificativa;
- V. Definição e detalhamento das metas a serem atingidas;
- VI. Listagem detalhada comprovando a quantidade de crianças e adolescentes a serem atendidas; e
- VII. O plano de aplicação dos recursos.

Artº 4. Juntamente com o projeto, deverão ser anexados os seguintes documentos:

I - ofício endereçado ao Presidente do CMDCA, encaminhando o projeto para análise, contendo o valor solicitado e o nome do projeto;

II - cópia do registro da Entidade no CMDCA, em plena vigência;

III - cópia da lei de declaração de utilidade pública municipal;

IV - cópia do CNPJ, do estatuto social e suas alterações e ata da eleição da atual diretoria da entidade em exercício, registrados em cartório;

V - cópia do RG e CPF do presidente;

VI - cópia do RG e CPF do tesoureiro;

VII - declaração atualizada de que o(s) dirigente(s) ou controlador(es) não é (são) servidor(es) público(s) vinculado(s) ao Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público;

VIII - Declaração do titular da Entidade, demonstrando que os valores apontados no plano de aplicação estão compatíveis com os praticados pelo mercado;

IX - 03 (três) orçamentos em caso de convênio para aquisição de material permanente;

X - relação de convênios existentes com a Prefeitura Municipal de Araucária, bem como relação de incentivos fiscais concedidos à entidade;

XI - Certidão liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

XII - Certidão liberatória quanto à regularidade das Transferências Voluntárias Municipais;



CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criança e Adolescente Prioridade Absoluta na Garantia de seus Direitos

- XIII - Certidão Negativa dos Tributos Municipais;
- XIV- Certidão Negativa dos Tributos Estaduais;
- XV - Certidão Negativa dos Tributos Federais;
- XVI - Certidão Negativa de Débitos Previdenciários e de Terceiros;
- XVII - Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- XVIII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT; e
- XIX – Comprovante de participação no curso no Tribunal de Contas sobre transferência voluntária do Sistema SIT, e no curso de capacitação sobre convênio oferecido pela secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Os projetos desde o seu recebimento e análise dos respectivos documentos serão analisados por técnicos da Secretaria de Assistência Social a fim de que sejam verificadas as condições da entidade para o desenvolvimento e aplicabilidade do projeto, bem como se o valor solicitado é compatível em relação ao porte da entidade e submetendo à homologação da Plenária do CMDCA.

§1º Poderão ser solicitados à entidade esclarecimentos complementares ao programa, projeto e serviço socioeducativo apresentado.

§2º Quando necessário, será solicitado parecer de outros órgãos da Administração Pública do Município de Araucária, sobre a efetivação do projeto.

§3º O projeto sendo aprovado, a entidade deverá destinar uma conta bancária (jurídica) específica em instituição financeira oficial.

Seção II – Da Liberação de Recursos Financeiros Próprios do Fundo

Art. 6º A liberação de recursos financeiros próprios do FIA/Araucária, será em parcela única.

Art. 7º. A vigência do convênio será de acordo com o plano de aplicação apresentado pela entidade.

Art. 8º. Em caso de dissolução da entidade ou nos casos em que a entidade alterar sua finalidade, deixando de atender crianças e adolescentes, os bens de capital adquiridos com os recursos do convênio serão encaminhados a entidade congênere inscrita no CMDCA, após a aprovação deste Conselho.

§ 1º O CMDCA indicará a(s) entidade(s) que receberá (ao) os bens de capital.



CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criança e Adolescente Prioridade Absoluta na Garantia de seus Direitos

§ 2º O prazo de entrega e a destinação dos bens referidos no caput deste artigo serão definidos pelo CMDCA.

Art. 9º A liberação do recurso para a entidade fica condicionada à verificação da perfeita regularidade documental prevista nesta Resolução.

Seção III – Da Prestação de Contas do Recurso Financeiro Próprio do Fundo e do Recurso Financeiro de Doação Dirigida

Art. 10º O procedimento administrativo para a prestação de contas do ato de transferência deverá ser instruído dentro do prazo e com a documentação prevista na legislação pertinente, seguindo as Resoluções 28 e 61 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º Todos os documentos deverão estar datados, rubricados, dentro do prazo e do plano de aplicação para o qual foi concedido o recurso.

§ 2º Independentemente da apresentação dos documentos exigidos para a prestação de contas, ou mesmo da sua aprovação, a entidade deverá preservar todos os documentos relacionados com o Termo de Transferência e exigidos em ato normativo municipal, mantendo-os à disposição do CMDCA, por um prazo de 05 (cinco) anos, contados do exame definitivo das contas pelo órgão municipal competente e à disposição da fiscalização dos órgãos do controle interno e externo.

§ 3º A prestação de contas ficará sujeita as normativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como as demais legislações pertinentes.

§ 4º Os recursos da conta específica somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas previstas no plano de aplicação.

§ 5º As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome da Entidade ou do executor, se for o caso, devidamente identificados com referência ao título e número do convênio.

Art. 11º Como a liberação do recurso será em parcela única, a entidade deverá prestar contas, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, sob pena de devolução do mesmo corrigido pelos índices da poupança.

Art.12º. Enquanto não empregado na sua finalidade, o recurso repassado deverá ser aplicado financeiramente nos termos do art. 116, § 4º, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e da legislação própria do concedente.

Seção IV– Das Disposições Gerais



CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criança e Adolescente Prioridade Absoluta na Garantia de seus Direitos

Art. 13º A aprovação para a liberação dos recursos financeiros são de competência exclusiva do CMDCA.

Art. 14º. A concessão, execução, prestação de contas e fiscalização das transferências municipais e outros repasses deverão obrigatoriamente obedecer à legislação vigente.

Art. 15º. A formalização das transferências de recursos para as entidades governamentais e da sociedade civil serão procedidas mediante termo de convênio (subvenção ou auxílio), obedecendo à legislação vigente.

Art. 16º. No caso da existência de possível saldo financeiro do recurso repassado, este deverá ser ressarcido ao FIA/Araucária, mediante a quitação da correspondente Guia de Recolhimento junto à Tesouraria da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Araucária ou transferência eletrônica em banco e contas, por ela indicada.

Art. 17º - Para os projetos que envolvam recursos próprios do FIA/Araucária, caso seja necessária a alteração do plano de aplicação no decorrer do período de vigência do Convênio, esta deverá ser autorizada pela plenária do CMDCA.

Art.18º. As organizações governamentais ou não-governamentais selecionadas para financiamento e que realizarem comunicações sobre o projeto em quaisquer meio de comunicação, deverão sempre associá-los ao investimento do FMCA. Em caso de materiais impressos a logomarca será fornecida pelo CMDCA e deverá constar como parceiro/financiador.

§ 1º Todos os projetos aprovados pelo CMDCA deverão ser divulgados, observando a seguinte particularidade: “Projeto patrocinado com recursos do Fundo para infância e Adolescência – FIA/Araucária”.

Art. 19º - A entidade deverá apresentar no mínimo três orçamentos, bem como, observar os princípios da economicidade e da eficiência, quando da contratação de serviços ou aquisição de bens e produtos vinculados à execução do convênio, adotando os procedimentos estipulados nas Leis n.º 8.666/93 e Lei n.º10.520/2002.

Art. 20º Os projetos e despesas em desacordo com a proposta original aprovada pelo CMDCA serão passíveis de sanções e glosas das despesas efetuadas, cabendo à entidade o ressarcimento dos valores comprometidos.

§1º. O compromisso da entidade tomadora dos recursos de restituir ao órgão concedente ou ao Tesouro Municipal, conforme o caso, abrange o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável, quando:

I – não for integralmente executado o objeto do ato de transferência voluntária;



CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criança e Adolescente Prioridade Absoluta na Garantia de seus Direitos

II - o objeto do ato de transferência voluntária for parcialmente executado, sendo que neste caso, a restituição será referente à parcela ou parte do objeto não cumprido;

III - não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;

IV - houver falta de alimentação do sistema SIT, conforme Resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; e

V – ao final do prazo de vigência do convênio, houver saldo de recursos eventualmente não utilizado.

§2º. A restituição deverá ocorrer em parcela única.

Art. 21º - O não atendimento às determinações da presente resolução será registrado no cadastro da entidade e obstará a liberação de novos recursos do FIA/ Araucária pelo período de 01 (um) ano, contado a partir da data da aprovação da ata da Reunião do CMDCA que deliberou pelo respectivo registro.

Parágrafo único. Em caso de reincidência será vedada a liberação de novos recursos do FIA/Araucária à entidade pelo período de 02 (dois) anos, contados a partir da data da aprovação da ata da Reunião do CMDCA que deliberou pela mencionada vedação.

Art. 22º - As entidades governamentais e da sociedade civil deverão ater-se às normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no que couber.

Art. 23º - As entidades ou órgãos repassadores e tomadores de transferências voluntárias deverão observar os prazos próprios de guarda e conservação de documentos estabelecidos em lei.

Art. 24º - É facultado aos partícipes do ato de transferência voluntária denunciá-lo ou rescindi-lo, a qualquer tempo, imputando-se-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Art. 25º - A entidade tomadora do recurso deverá garantir o livre acesso dos técnicos credenciados da Administração Municipal, servidores ou Conselheiros do CMDCA, do órgão concedente dos recursos para controle externo, a qualquer tempo, a todos os atos, fatos e documentos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado.

Art. 26º - Salvo motivo de caso fortuito ou de força maior devidamente justificado e comprovado, ou ainda, se expressamente estabelecido de forma diversa pelo plano de trabalho, o gestor deverá iniciar a execução do objeto do termo de transferência dentro de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da primeira ou da única parcela dos recursos.



CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criança e Adolescente Prioridade Absoluta na Garantia de seus Direitos

Seção V – Dos recursos disponíveis para financiamento dos projetos

Art. 27º - Serão financiados projetos de entidades não governamentais com valores de **até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)** para aquisição de materiais de consumo e de **até R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** para aquisição de materiais permanentes, perfazendo um total de financiamento **em até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)** para cada projeto aprovado. Os projetos governamentais serão financiados até o valor de **R\$ 98.532,92 (noventa e oito mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e dois centavos)** para material de consumo e **R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)** para material permanente.

§ 1º - Entende-se por materiais de consumo: gêneros alimentícios, itens de vestuário, materiais pedagógicos, materiais esportivos, dentre outros.

§ 2º - Entende-se por materiais permanentes: móveis, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, livros, instrumentos musicais, dentre outros.

Art. 28º - É facultado aos programas governamentais utilizar os recursos disponíveis em num único projeto.

Parágrafo único – Havendo saldo disponível, as entidades não governamentais poderão apresentar novo projeto.

Art. 29º - As determinações desta Resolução serão aplicadas aos projetos protocolados a partir de sua vigência.

Art. 30º - Os casos omissos serão analisados pelo CMDCA, em conformidade com a legislação vigente.

Araucária, 15 Abril de 2014.

Eduardo Willian Neves Fregonese
Presidente do CMDCA

Anexo I
Roteiro para Projetos

1. Dados cadastrais:

Entidade responsável:

Responsável legal:

CPF:

Email da entidade:

Fone entidade:

Endereço:

Nome elaborador do projeto:

Fone:

Email do elaborador do projeto:

2. Identificação do Projeto

É o título do projeto. Deve refletir seu objetivo geral. Não deve ser confundido com outro projeto já desenvolvido ou em desenvolvimento.

3. Descrição do projeto

Em no máximo 5 parágrafos você deve fazer um resumo do que quer alcançar com o projeto.

Entenda-o como seu “cartão de visitas”. Ele é uma peça importante do documento. Deverá resumir, de maneira eficiente, todas as informações chave relativas a seu projeto.

4 - Apresentação da Entidade

Você deverá fazer um resumo do que sua entidade faz, pessoas que atende, voluntários ou contratados que atuam nela, periodicidade de atendimento em no máximo 5 parágrafos.

5 – Justificativa / Enfocar o benefício direto à criança e ao adolescente

Em no máximo 50 linhas você deverá justificar o por que seu projeto é importante, quem ele irá beneficiar,.

Descrever como é a realidade hoje e como ficará com a execução do projeto apresentado.

6 - Público Alvo /

Quantificar e qualificar a clientela que será atendida pelo projeto proposto, bem como, informar o local e endereço aonde será desenvolvida a proposta.

Exemplo de tabela de atendimento:

Faixa etária	Nº de atendimentos diretos	Nº de beneficiários indiretos	Local de atendimento

7 - Objetivos

Deve exprimir, em termos concretos, uma situação positiva a ser alcançada. Devem buscar solucionar ou contribuir para amenizar o problema identificado pela exposição do contexto e da justificativa.

Descrever o objetivo geral do projeto

Que diz respeito à solução do problema a ser enfrentado pelo projeto. Ele é mais

abrangente e geralmente descrito de maneira mais genérica.

Descrever os objetivos específicos (em torno de 06 a 08)

Que devem expressar os resultados concretos a serem atingidos. Traduzem situações que contribuem para consecução do objetivo geral e são caracterizados por ações efetivas.

8 – Plano de aplicação dos recursos financeiros

8.1 Plano de aplicação Subvenção/ Custeio - **EXEMPLO**

Valor total:

Item	Descrição	Valor total
1.	Material de higiene pessoal Itens:	R\$ XXXXXXXX
2.	Gêneros alimentícios Itens:	R\$ XXXXX
3.	Material esportivo Itens:	R\$ XXXXX
4.	Material didático Itens:	

10. Plano de aplicação Auxilio/ Equipamentos – **EXEMPLO**

Valor Total:

Item	Descrição	QUANTIDADE	Valor unitário	Valor total
1.				R\$

				XXXXXXX
2.				R\$ XXXXX
3.				R\$ XXXXX
4.				

9- Orçamento

Anexar **03 orçamentos** para cada item descrito na planilha orçamentária

Descrição do material de Consumo

Materiais didáticos pedagógico, materiais de copa e cozinha, material de higiene e limpeza, vestuário, calçados, gêneros alimentícios.

Material Permanente/Equipamentos

Eletrodomésticos, eletrônicos, mobiliários, instrumentos musicais, livros.